

Ministério da Justiça divulga IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil

Estudo mostra avanços em todo país

Lançado no dia 18 de dezembro do ano passado, o IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil mostra que importantes avanços ocorreram desde o último levantamento, como o aumento do número de atendimentos, do número de comarcas atendidas e da percepção de exercício efetivo da autonomia da Defensoria.

Os dados obtidos também confirmam a tendência de evolução na estrutura da instituição e demonstram a importância da Defensoria Pública para a população, a exemplo do número de atendimentos, que aumentou 175% entre os anos de 2009 e 2014, mesmo que neste período o número de defensores públicos tenha crescido apenas 25%.

Além disso, a pesquisa revela que a maioria das unidades atua junto a diferentes instituições e instâncias, demonstrando o dinamismo dos defensores.

Conforme o estudo, faltam hoje defensores públicos em 61% das comarcas brasileiras, ou seja, há 5.528 defensores atuando em 1.088 das 2.727 comarcas do País.

Entre as prioridades apontadas pelos defensores públicos nas respostas livres estão: ampliação do quadro de defensores; servidores de apoio e estagiários nas Defensorias; a garantia de autonomia administrativa, funcional e financeira da Instituição;



Proporção de comarcas atendidas pela Defensoria Pública Estadual

FONTE: Comarcas existentes e atendidas em 2014 – OEA, Fortalecimento das Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal no Brasil, 2015.

>> Clique na imagem e confira o documento na íntegra



e o fortalecimento institucional. Em sequência, citam também a criação do Conselho Nacional da Defensoria Pública e a presença da Defensoria na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Diagnóstico foi elaborado no âmbito do projeto Fortalecimento do Acesso à Justiça no Brasil, parceria entre a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ/MJ), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

A pesquisa contou com a participação do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege), da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), e da Defensoria Pública da União, que, além de integrarem a Comissão, tiveram papel decisivo na sensibilização e mobilização dos defensores para o preenchimento dos questionários.

Déficit de defensores públicos em todo o país é tema de reportagem veiculada pela edição de 28.01.2016 do Bom Dia Brasil.

>> Clique aqui para ver

MENSAGEM DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL

Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,

Começamos 2016 com muito trabalho e proatividade e, nesta, que é a primeira edição deste ano do Boletim, você vai conferir informações sobre reuniões realizadas com os secretários de Estado da Fazenda e de Casa Civil, com o subsecretário de Relações Institucionais da Casa Civil, e com a nossa Associação de classe, Adep. O atual cenário econômico estadual, a autonomia legislativa, financeira e orçamentária da nossa Instituição, e a importância de que os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da DPMG sejam repassados em tempo hábil para pagamento tempestivo da folha foram abordados nos encontros.

Acompanhe o trabalho que vem sendo realizado pela Defensoria Pública em defesa do atingidos pelo rompimento das barragens em Mariana, como a reunião realizada com advogados da empresa Samarco, no dia 12 de janeiro, ocasião em que foram iniciadas as tratativas acerca do Programa de Indenização às vítimas. Também a audiência pública promovida, no dia 13, pela Comissão Extraordinária das Barragens da Assembleia Legislativa de Minas Gerais contou com a participação de defensores públicos. E ainda, o atendimento prestado pela Defensoria Pública Itinerante no município de Barra Longa, com o objetivo de ajudar os moradores atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão a recuperar os prejuízos que sofreram. Foram atendidas 52 pessoas.

Também nesta edição, a liminar obtida pela DPMG, em face do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que determinou ao órgão o restabelecimento de todos os benefícios acidentários já concedidos aos seus segurados, que estavam interrompidos em razão da ausência de perícia médica adiada em decorrência do movimento grevista de seus médicos peritos.

Confira a participação da Defensoria Pública nos Fóruns Regionais de Governo, o relatório das atividades realizadas pela Coordenadoria de Capacitação em 2015, e fique por dentro do IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, lançado em dezembro último.



Acompanhe as publicações de trabalhos elaborados por defensores públicos mineiros, bem a nossa participação na mídia, em reportagens veiculadas em Montes Claros e na Revista Encontro. Esta última, inclusive, trouxe inédito reconhecimento para nossa instituição: por ocasião da escolha de meu nome entre os 12 mineiros que marcaram o ano, a DPMG foi destaque em Minas no âmbito “Justiça”.

Ainda nesta edição a homenagem concedida pela Justiça em Guarani a defensora pública, entrevista sobre o estágio voluntário realizado por assessor da Corregedoria-Geral na Suprema Corte e na Defensoria Pública Federal do Estado do Alabama, nos Estados Unidos, entrevista com a defensora pública coordenadora especial de prevenção à criminalidade de Minas Gerais, além da palestra sobre segurança promovida pela Assessoria Militar e a coordenadoria de Atendimento Inicial.

No âmbito das relações interinstitucionais, destaco ainda a participação da DPMG em eventos, como a reunião de apresentação do projeto Minas 2016, a passagem de comando do policiamento da Capital e, as visitas recebidas pela Defensoria-Geral.

Sigamos juntos lutando o bom combate.

Boa leitura!

Christiane Neves Procópio Malard
Defensora pública-geral

DPG faz agenda conjunta com os secretários de Fazenda e de Casa Civil e Relações Institucionais

Na tarde do dia 20.01.2016, a defensora-geral, Christiane Neves Procópio Malard, reuniu-se com o secretário de Estado de Fazenda, José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, e com o secretário de Casa Civil e Relações Institucionais, Marco Antônio Resende, para discutir questões institucionais. A DPG estava acompanhada do subdefensor público-geral, Wagner Ramalho Lima, e do assessor

institucional Gério Patrocínio Soares.

No encontro, foram debatidas questões afetas à Defensoria Pública de Minas Gerais, mormente aquelas relacionadas ao exercício de sua autonomia legislativa, financeira e orçamentária. Neste aspecto, a defensora-geral reforçou a inserção da Defensoria Pública no artigo 168 da CF/88.



Assessor institucional Gério Patrocínio Soares, secretário de Casa Civil e Relações Institucionais, Marco Antônio Resende; secretário da Fazenda, José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; defensora-geral, Christiane Malard e subdefensor público-geral, Wagner Lima

Defensoria-geral se reúne com subsecretário de Relações Institucionais da Casa Civil

A defensora pública-geral, Christiane Procópio Malard, se reuniu, dia 14.01.2016, com o subsecretário de Relações Institucionais da Secretaria de Casa Civil, Rômulo Ferraz. Participaram da reunião os assessores institucionais, Diana Lima Prata Camargos, Gério Patrocínio e Nikolas Katopodis.

Na oportunidade, foram discutidas questões relativas ao encaminhamento de projetos de lei de interesse da Defensoria Pública, bem como os reflexos no orçamento de 2016 da crise orçamentária vivenciada pelo estado de Minas Gerais.



Defensora-geral, Christiane Malard, recebeu, acompanhada dos assessores institucionais, Diana Lima Prata Camargos, Gério Patrocínio e Nikolas Katopodis, o subsecretário de Relações Institucionais da Secretaria de Casa Civil, Rômulo Ferraz

Defensoria-Geral e Adep-MG dialogam sobre o cenário econômico atual

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, acompanhada do sub-defensor público-geral, Wagner Ramalho Lima, da chefe de gabinete Luciana Leão Lara, e dos assessores institucionais Diana de Lima Prata Camargos, Gério Patrocínio Soares e João Paulo Torres Dias, recebeu, no dia 19.01.2016, o presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso, e seu diretor jurídico, Guilherme Rocha, na Defensoria-Geral.

No encontro, as entidades dialogaram sobre o ce-

nário econômico estadual e seus possíveis reflexos no orçamento da DPMG. Na oportunidade, a defensora-geral informou à associação as medidas, diariamente tomadas, para garantir à Defensoria Pública o recebimento do duodécimo no prazo legal. Igualmente, a Adep-MG afirmou que está acompanhando atentamente o contexto atual do Estado.

O assunto foi retomado em nova reunião entre as entidades, realizada no dia 28.01.2016, no gabinete da Defensoria-Geral.



Defensora-geral, subdefensor-geral e assessores receberam o presidente e o diretor jurídico da Adep-MG para conversar sobre os reflexos do atual cenário econômico estadual no orçamento da DPMG

Defensora-geral entre os mineiros que marcaram o ano em 2015

A edição da revista Encontro de dezembro/2015 elegeu 12 nomes que marcaram o ano em Minas, por inovar e contribuir para uma sociedade melhor. No âmbito “Justiça”, o destaque coube à defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard.

Na matéria, intitulada “Por igualdade e Cidadania”, houve destaque às intensas negociações da DPG com representantes do governo estadual e Assembleia Legislativa relacionadas a gastos, necessidades e planos para o futuro da DPMG. Os avanços obtidos pela Instituição durante o ano, tais como a posse de 88 novos defensores públicos, a expansão para 10 novas comarcas e a contratação da Fundação João Pinheiro, para a elaboração de planejamento estratégico profissional, também foram mencionados.

Reconhecendo a importância da atuação extrajudicial da Defensoria, foram evidenciados a realização do Mutirão Direito a Ter Pai, simultaneamente em

mais de 40 comarcas mineiras; o projeto Defensoria Itinerante e o Casamento Comunitário em Belo Horizonte, evento realizado no Mineirinho, com a participação de mais de 600 casais.

>> *Clique aqui para ler a reportagem na íntegra.*



Defensora-geral recebe visita dos presidentes da Anadep e da Adep-MG

No dia 25 de janeiro, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu uma visita de cortesia dos presidentes da Anadep, Joaquim Neto, e da Adep-MG, Eduardo Generoso.

Durante o encontro, Joaquim Neto informou sobre ações da Anadep, especialmente, em relação ao acompanhamento dos processos de interesses da Defensoria Pública em trâmite no Supremo Tribunal Federal. O presidente relatou ainda que a Anadep promoverá campanha voltada para a divulgação e fortalecimento da autonomia das Defensorias Públicas, além da tradicional campanha nacional que, neste

ano, terá como tema “Acesso à Saúde”. Os recentes avanços e projetos realizados pela Defensoria mineira foram abordados pela DPG, que foi parabenizada pelo trabalho realizado.

O cenário nacional para Defensorias e defensores e expectativas para 2016 também foram tema do encontro, que contou ainda com a presença do vice-presidente da Adep-MG, Heitor Baldez; do diretor jurídico da Associação, Guilherme Rocha; e dos assessores Institucionais, Diana de Lima Prata Camargos, Gério Patrocínio Soares e João Paulo Tôres Dias.



Assessores Institucionais, Gério Patrocínio Soares, João Paulo Tôres Dias e Diana de Lima Prata Camargos; presidente da Anadep, Joaquim Neto; DPG Christiane Procópio; presidente da Adep-MG, Eduardo Generoso; vice-presidente, Heitor Baldez; e o diretor jurídico da Associação, Guilherme Rocha

DPG recebe visita do presidente eleito da OAB/MG

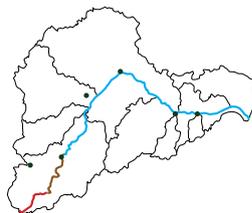
O presidente eleito da seção mineira a Ordem dos Advogados do Brasil, Antônio Fabrício Gonçalves, visitou, dia 26.01.2016, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, oportunidade em que a convidou para

a solenidade de posse da nova diretoria da OAB, a realizar-se no dia 2 de fevereiro, no Minascentro. Antônio Fabrício Gonçalves foi eleito com 82% dos votos, para dirigir a OAB no biênio 2016/2018.

Da esquerda para a direita, o defensor público Marcos Lourenço Capanema, o conselheiro Flávio Boson, a assessora Institucional Diana de Lima Prata Camargos, o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, o presidente da OAB, Antônio Fabrício Gonçalves, o secretário-geral, Gustavo Chalfun, o diretor Adriano Cardoso, o assessor Institucional, Gério Soares Patrocínio, e a assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias



ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO



Defensoria Pública realiza reunião com advogados da empresa Samarco

No dia 12 de janeiro, em continuidade às negociações extrajudiciais relativas ao reassentamento das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, foi realizada reunião no gabinete da Defensoria Pública-Geral, com a presença da DPG, Christiane Neves Procópio Malard; da chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara; da coordenadora da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), Cleide Aparecida Nepomuceño; da defensora pública, Raquel Passos, com atuação

na DDPH; além dos advogados da empresa Samarco, Eliane Cartacho, Pedro Rocha e Luis Alberto Silva Aguiar.

Durante a reunião, os representantes da Samarco apresentaram breve balanço das atividades e ações em andamento no Município de Mariana, relativas ao reassentamento provisório das famílias. Foram iniciadas as tratativas acerca do programa de indenização às vítimas, com discussões sobre a metodologia a ser utilizada e será debatida no próximo encontro.



Durante a reunião, a Samarco apresentou balanço das atividades e ações em andamento em Mariana, relativas ao reassentamento provisório das famílias

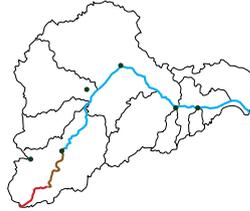
DPMG participa de audiência pública da Comissão Extraordinária das Barragens na Assembleia Legislativa

A chefe de gabinete, Luciana Leão Lara, representando a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, a coordenadora Local de Ponte Nova, Fernanda de Sousa Saraiva, e o defensor público, Vladimir Rodrigues, em atuação na Defensoria de Direitos Humanos, participaram, dia 13.01.2016, de audiência pública promovida pela Comissão Extraordinária das Barragens da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que discutiu a situação dos municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão.

A demora da empresa Samarco Mineração na implementação de ações mais concretas para a reparação dos direitos das famílias e municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, foi o principal ponto abordado no encontro.

A chefe de gabinete, Luciana Leão Lara, ao iniciar a abertura dos trabalhos, fez um panorama da atuação dos defensores públicos desde o rompimento da barragem de Fundão, nas comarcas de Mariana, Ponte Nova e Governador Valadares. >>

continua na p.7

ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Continuação da página 6

DPMG participa de audiência pública da Comissão Extraordinária das Barragens na Assembleia Legislativa



A chefe de gabinete, Luciana Leão Lara, representando a DPG, Christiane Malard, a coordenadora Local de Ponte Nova, Fernanda de Sousa Saraiva, e o defensor público, Vladimir Rodrigues, em atuação na Defensoria de Direitos Humanos, relataram as ações da Defensoria no atendimento aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão e cobraram agilidade da Samarco

Foram ressaltadas algumas medidas pontuais realizadas pela Defensoria Pública do Estado, além da participação na construção do Programa de Indenização às famílias.

Luciana Leão sugeriu convidar as demais instituições, além de representantes da Samarco, para as próximas audiências públicas a serem realizadas pela Comissão Extraordinária das Barragens, com a recomendação de que sejam tratados temas específicos, com a estipulação de metas e prazos a serem cumpridos pela empresa, de modo a atender aos anseios da população e dos prefeitos.

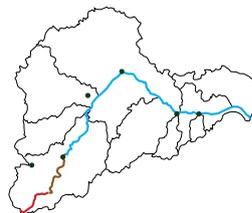
Já a coordenadora Local de Ponte Nova, Fernanda Saraiva, destacou que o município de Barra Longa foi um dos mais atingidos pelo rompimento da barragem, uma vez que não apenas os distritos, mas também a zona rural foi afetada. Segundo a defensora pública, além das casas atingidas, o comércio do município ficou paralisado e os agricultores e pecuaristas perderam suas plantações e seus gados.

Foto Ricardo Barbosa/ALMG



Coordenadora Local de Ponte Nova, Fernanda Saraiva

>> continua na p.8

ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Continuação da página 7

DPMG participa de audiência pública da Comissão Extraordinária das Barragens na Assembleia Legislativa

De acordo com Fernanda Saraiva, a insatisfação da população da cidade é principalmente com relação ao descaso da Samarco. “A lama chegou a Barra Longa mais de 10 horas depois. A Samarco está atuando de forma emergencial, mas esse emergencial já está chegando a quase três meses”, lembrou.

Ela também ponderou que, entre os pedidos feitos à Samarco e que ainda não foram atendidos estão a análise da água e do solo, além da elaboração de um plano emergencial e de um cronograma de indenização às famílias do município. Outro ponto destacado é que a Defensoria constatou que poucas pessoas estariam sendo beneficiadas pelo cartão-auxílio, que corresponde a um salário mínimo, acrescido de 20% por dependente, e é pago temporariamente pela Samarco às famílias que perderam suas fontes de renda. Em contrapartida, reconheceu que a empresa providenciou a presença de uma equipe médica multidisciplinar para atender às pessoas abaladas emocionalmente pela tragédia.

A defensora pública ainda pediu a ajuda da comissão para reforçar o pedido de reavaliação das casas atingidas por parte da Defesa Civil e também defendeu a isenção da cobrança de água e luz para a população atingida, por pelo menos, dois meses.

Segundo o defensor público, Vladimir Rodrigues, a atuação da Samarco precisa ser mais ágil, embora a empresa não se furte às suas responsabilidades. “Não tem porque as coisas estarem caminhando no ritmo em que estão, considerando a capacidade financeira da empresa”, ressaltou.

Defensoria Pública participa de audiência pública promovida pela ALMG para ouvir atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão

O defensor público, Vladimir de Souza Rodrigues, em atuação na Defensoria de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, participou, no dia 25.01.2016, de audiência pública promovida pela Comissão Extraordinária das Barragens da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) que ouviu moradores e líderes comunitários de áreas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, ocorrido no dia 5 de novembro do ano passado.

Vladimir de Souza Rodrigues parabenizou os atin-



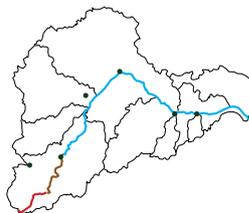
Foto Ricardo Barbosa/ALMG

Defensor público, Vladimir Rodrigues

Vladimir Rodrigues considerou como ações imprescindíveis os pedidos de indenizações e o reassentamento das pessoas que perderam suas casas, a situação das populações ribeirinhas atingidas, além da questão ambiental e do patrimônio cultural afetado. Ainda segundo o defensor público, é preciso catalogar cada situação, para que os direitos de cada um sejam atendidos. Ele exemplificou que existem casos de pessoas que perderam parentes que eram chefes de famílias, enquanto outras não sofreram perdas humanas, mas sim de bens materiais.

gidos pelo protagonismo na condução dos fatos, e falou sobre sua preocupação com relação ao acordo nacional que está sendo proposto. Segundo ele, se o acordo não for bem conduzido e excluir algum direito relevante, será difícil cobrar responsabilidades da empresa, porque esta já terá garantida a autorização e a licença para as suas atividades. O defensor lamentou a ausência de um representante da mineradora na audiência.

>> continua na p.9

ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Continuação da página 8

Defensoria Pública participa de audiência pública promovida pela ALMG para ouvir atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão

O defensor público chamou a atenção para a solicitação feita pelos moradores de Bento Rodrigues e Paracatu, áreas atingidas em Mariana, que pediram a nomeação de defensor público para a cidade, pois, segundo eles, o Promotor de Justiça está sobrecarregado em virtude da ausência de Defensoria Pública na Comarca.

Os moradores relataram dificuldades e criticaram controle da empresa para definir ações reparatórias. Foram ouvidos representantes dos distritos de Pedras, Campinas, Porto do Gama, Camargos, Bicas, Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, da cidade de Barra Longa e pescadores de Conselheiro Pena.

Com informações da ALMG



O defensor público Vladimir de Souza Rodrigues durante a audiência que ouviu atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão

Defensoria Pública Itinerante atende atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa

A Defensoria Pública de Ponte Nova prestou atendimento itinerante na cidade de Barra Longa, dia 08.01.2016, com o objetivo de ajudar os moradores atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão a recuperar os prejuízos que sofreram.

Participaram do atendimento, realizado em frente à Praça da Matriz, no Centro de Barra Longa, a coordenadora Local de Ponte Nova, Fernanda de Sousa Saraiva, os defensores públicos, André Ricardo Nery e Samara Soares Damato, em atuação em Ponte Nova, a coordenadora da Defensoria de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, Cleide Aparecida Nepomuceno, e a chefe de gabinete, Luciana Leão Lara, auxiliados por duas estagiárias. Os defensores públicos

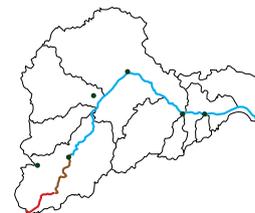
reuniram-se com os moradores e ouviram seus relatos. Foram atendidas 52 pessoas.

A Defensoria Pública de Ponte Nova prestou atendimento itinerante na cidade de Barra Longa, dia 08.01.2016, com o objetivo de ajudar os moradores atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão a recuperar os prejuízos que sofreram.

Participaram do atendimento, realizado em frente à Praça da Matriz, no Centro de Barra Longa, a coordenadora Local de Ponte Nova, Fernanda de Sousa Saraiva, os defensores públicos, André Ricardo Nery e Samara Soares Damato, em atuação em Ponte Nova, a coordenadora da Defensoria >>

>> continua na p.10

ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO | DEFENSORIA PÚBLICA ITINERANTE



Continuação da página 9

Defensoria Pública Itinerante atende atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa



Atendimento foi realizado no dia 8 de janeiro, com o objetivo de ajudar moradores de Barra Longa a recuperar prejuízos sofridos com o rompimento da barragem de Fundão. A Defensoria Pública Itinerante atendeu 52 pessoas em Barra Longa. O distrito de Gesteira ficou isolado em razão do rompimento da barragem em Mariana

de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, Cleide Aparecida Nepomuceno, e a chefe de gabinete, Luciana Leão Lara, auxiliados por duas estagiárias. Os defensores públicos reuniram-se com os moradores e ouviram seus relatos. Foram atendidas 52 pessoas.

Pela primeira vez foi realizada visita ao distrito de Gesteira, em razão da liberação do acesso, um dos mais atingidos pela lama do rompimento da barra-

gem em Mariana. A partir desta visita, a unidade da Defensoria Pública em Ponte Nova fez recomendação à Samarco solicitando a análise da água do poço artesiano de Gesteira, recuperação dos canos do poço artesiano e da mina de Gesteira, manutenção do serviço de transporte, além do fornecimento de água mineral devidamente lacrada.

Clique aqui para ver matéria exibida pela TV Globo no dia do atendimento em Barra Longa.

Defensoria Pública obtém liminar em Ação Civil Pública proposta contra o INSS

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais obteve, no dia 08.01.2016, nos autos da Ação Civil Pública proposta em face do Instituto Nacional do Seguro Social, liminar determinando ao INSS “a se abster de suspender o regular e integral pagamento dos benefícios acidentários já concedidos aos seus segurados, em razão da ausência de perícia médica adiada em decorrência do movimento grevista de seus médicos peritos, restabelecendo todos os benefícios acidentários suspensos em tais condições, até que seja disponibilizada para cada segurado a realização da referida perícia.”

A ACP (Processo nº 6121183-96.2015.8.13.0024) foi proposta por intermédio da defensora pública, Mariana Carvalho de Paula de Lima, com atuação perante a 31ª Vara Cível da Capital.

“Não é razoável adotar uma interpretação restritiva em relação aos efeitos da decisão, no sentido

de criar um subsistema para prorrogar o benefício apenas no âmbito do estado de Minas Gerais”, ressaltou Mariana Carvalho, “tendo em vista que o INSS tem o dever de conceder a prestação mais vantajosa ao segurado, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, e considerando que o sistema de lançamento de concessão e bloqueio de benefícios é único e nacional”.

Ainda de acordo com a defensora pública, o caso é “semelhante aos efeitos de um desastre ambiental, no qual se torna impossível delimitar a extensão dos danos. Principalmente, em se tratando de verba de natureza alimentar, como no caso, a prorrogação do benefício previdenciário deve ser garantida a todos segurados que estejam nesta situação.”

>> [Clique aqui para ver a decisão.](#)

Defensorias de Minas e da União promoverão parceria para atendimento itinerante na Capital

Os defensores públicos do Estado de Minas Gerais, Mariana Carvalho, em atuação na 31ª Defensoria Cível da Capital, o coordenador Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa e a chefe de gabinete, Luciana Leão Lara, estiveram, dia 15.01.2016, no gabinete do defensor público chefe em Minas Gerais, João Márcio Simões.

O objetivo da visita consistiu no convite aos membros da Defensoria Pública da União a participarem,

em parceria com a Defensoria Pública do Estado, de ações conjuntas, visando à divulgação dos efeitos da liminar obtida nos autos da Ação Civil Pública (autos de nº 6121183-96.2015.8.13.0024), ajuizada pela defensora pública, Mariana Carvalho, em face do INSS, no sentido de determinar à aludida autarquia federal, que se abstenha de suspender o regular e integral pagamento dos benefícios acidentários, já concedidos aos segurados, devido à greve dos peritos.

Entre as ações discutidas, está o atendimento itinerante, a ser realizado no centro da Capital mineira, para divulgar e esclarecer à população acerca dos benefícios previdenciários.

Também participou da reunião a defensora pública federal, Sabrina Nunes Vieira.



Da esquerda para a direita, o coordenador Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa; a defensora pública, Mariana Carvalho, em atuação na área Cível da Capital; a chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara; a defensora pública federal, Sabrina Nunes Vieira; e o defensor público chefe da União em Minas, João Márcio Simões

DPMG participa de mais uma etapa do Fórum Regional de Governo, em Teófilo Otoni

O defensor público Ubirajara Chaves de Moura Júnior, coordenador da regional do Mucuri e da Defensoria Pública em Teófilo Otoni, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, durante a realização da etapa devolutiva dos Fóruns Regionais do Governo, realizado na cidade, no dia 14 de janeiro.

Nesta terceira etapa, foi dada posse à Comissão Executiva do Mucuri e apresentadas as necessidades priorizadas pelo Governo Estadual no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), dentre as apontadas pela população nos encontros anteriores. Também foram discutidas as propostas das categorias Gestão e Custeio. Nos encontros anteriores foram levantadas 1.596 necessidades e problemas da região, composta por 29 municípios.

Ainda no primeiro semestre de 2016 serão apresentadas as de Investimento e Pessoal.

Para Ubirajara Chaves, “apesar da Defensoria Pública não integrar a Comissão Executiva, a participa-



ção nos trabalhos foi bastante positiva, por ser uma valiosa fonte de informações das políticas ou planos do Governo para a Regional, inclusive envolvendo questões sensíveis, como saúde e educação, permitindo a análise dos anseios de cada região, os quais, na medida de suas atribuições, são de interesse da Defensoria Pública”.

Defensoria Pública divulga relatório de atuação no projeto Audiência de Custódia

Relatório demonstra que a Defensoria Pública é responsável por quase a totalidade das audiências, sendo que apenas 6% das sessões são conduzidas por advogados privados.

O projeto Audiência de Custódia, implantado em Belo Horizonte pelo TJMG no segundo semestre de 2015, cujo objetivo é garantir a apresentação do preso em flagrante ao juiz no prazo de 24 horas, realizou, desde sua implantação, 2.701 audiências de apresentação de presos em flagrante. Deste total, a Defensoria Pública de Minas Gerais atuou em, aproximadamente, 94% das audiências, ou seja, 2.529, das quais, 1.205 resultaram em concessão de liberdade provisória. Estes números foram apresentados em relatório produzido pela Defensoria Especializada em Urgências Criminais com a colaboração da defensora pública, Alessa Pagan Veiga. A Defensoria Especializada em Urgências Criminais é responsável pela realização das audiências de custódia e conta com a participação de defensores cooperadores que atuam nos plantões dos finais de semana e feriados.

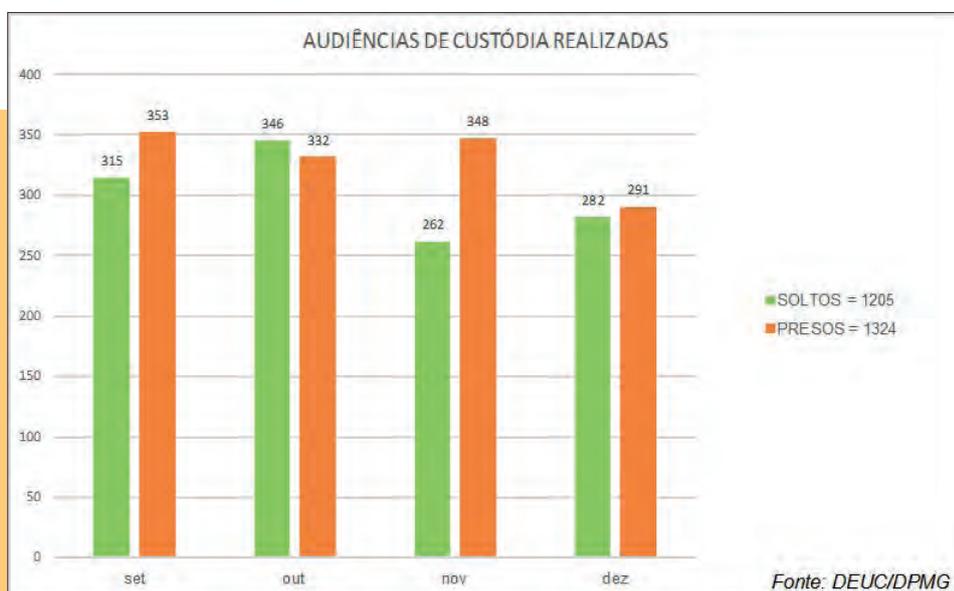
Do total das audiências computadas no período,

somente 172 foram realizadas pela advocacia privada. De acordo com a defensora pública, Karina Rodrigues Maldonado, que coordenou o projeto, ao lado do coordenador Regional da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo, até o início de janeiro, sendo substituída pela defensora pública, Priscila Nassif Del Lama, ambas em atuação na Defensoria Especializada em Urgências Criminais – a discrepância de números em relação à advocacia privada pode ser explicada, principalmente, em razão do perfil das pessoas presas. “Em primeiro lugar, o Direito Penal tem como público alvo a população economicamente mais desfavorecida e, além disso, a Defensoria Pública tem se preparado para se fazer presente em todas as audiências, desenvolver um trabalho com técnica e eficiência, despertando a confiança no trabalho do defensor público”, completou.

>> continua na p.13

Continuação da página 12

Defensoria Pública divulga relatório de atuação no projeto Audiência de Custódia



Aproximadamente 48% das audiências realizadas pela Defensoria Pública, entre os meses de setembro e dezembro, resultaram na soltura dos autuados em flagrante

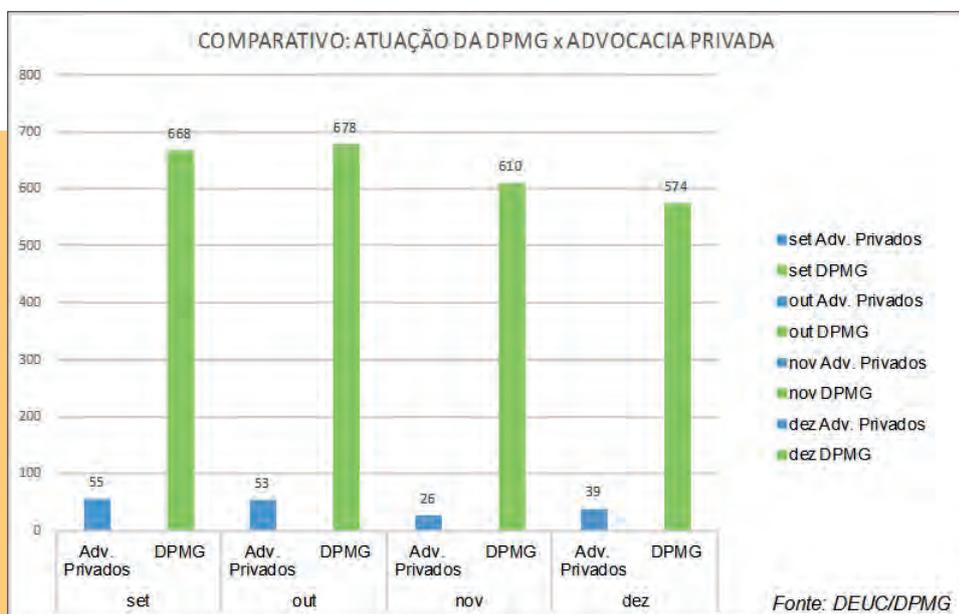
Sobre o perfil dos custodiados, o relatório de atividades identificou como sendo de homens entre 18 e 35 anos, pobres, dependente químicos, com baixo grau de instrução e que trabalham na informalidade. “Via de regra, são pessoas invisíveis que não têm acesso à educação formal, saúde, lazer e moradia, ou seja, ao mínimo existencial”, informou a defensora pública, Karina Maldonado.

Quanto aos delitos mais praticados, constatou-se como sendo aqueles relativos ao tráfico de drogas, roubos e furtos, na mesma proporção. “Dentre os demais tipos, percebeu-se sutil prevalência da receptação e dos crimes previstos na Lei Maria da

Penha”, completou a defensora pública.

Para a defensora pública, Karina Maldonado, a implantação do projeto apresentou pontos positivos. Dentre estes destacam-se: contato imediato com o defensor público e a garantia do direito à informação; o contato direto com o juiz, salvaguardando a integridade física e psicológica do custodiado e contribuindo para inibir práticas abusivas por parte dos agentes públicos; e a celeridade na análise dos autos de prisão em flagrante e adoção de medidas desencarceradoras, por parte da Defensoria Pública.

>> continua na p.14



Quadro comparativo entre a atuação da DPMG e da advocacia privada

Continuação da página 13

Defensoria Pública divulga relatório de atuação no projeto Audiência de Custódia

“Por outro lado, – explicou Karina Maldonado – é necessário observar alguns pontos, que acreditamos carecer de modificações, melhorias ou de um olhar mais próximo e sensível, para que o projeto surta efeitos significativos para o Estado e sua população”. Dentre estes pontos, destacam-se: necessidade de melhoria da estrutura física; maior proximidade dos magistrados com a realidade prisional da região Metropolitana de Belo Horizonte; atenção quanto a arguição dos flagranteados sobre ter sido vítima de possível violência física ou verbal praticada por agente

público; intolerância quanto à não apresentação, injustificada, dos presos em flagrante; fortalecimento da equipe psicossocial, com o aumento quantitativo de profissionais, tornando-a multidisciplinar de modo a permitir um acompanhamento mais próximo do autuado; fomentar parcerias visando à reinserção social e diminuição de reincidência.

O projeto Audiência de Custódia foi idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça e realizado nos estados com o apoio dos Tribunais de Justiça e das demais Instituições integrantes do Sistema de Justiça.

Mudança da coordenadoria de Urgências Criminais

A defensora pública Priscila Nassif Del Lama assumiu, no dia 19 de janeiro, a coordenação da Defensoria Pública Especializada de Urgências Criminais da Capital.

Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional

A defensora pública Luciana Leão Lara, chefe de gabinete, foi designada para exercer a função de coordenadora geral da Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional.

ASSESSORIA INSTITUCIONAL

Diana de Lima Prata Camargos, Gério Patrocínio Soares, João Paulo Tôrres Dias e Nikolas S. Macedo Katopodis

Resolução 06/2016 dispõe sobre os feriados e pontos facultativos no primeiro semestre de 2016

A Resolução número 06/2016 dispõe sobre o plantão da Defensoria Pública nos feriados e pontos facultativos dos meses de fevereiro a maio de 2016. A Defensoria Pública funcionará em regime de plantão

nas referidas datas, na Capital e nas unidades do interior especificadas nos anexos da resolução.

>> [Clique aqui para conferir a resolução](#)

Assessores da Defensoria-Geral visitam sede de Pirapora

No dia 13 de janeiro, os assessores Institucionais da Defensoria-Geral, João Paulo Tôrres Dias e Gério Patrocínio Soares, visitaram a Defensoria Pública em Pirapora, onde foram recebidos pelo coordenador Local, José Sanches Aranda Neto e pela defensora pública Vanessa Rodrigues Melo. Também participaram

da reunião os prefeitos de Pirapora, Heliomar Valle da Silveira, e de Buritizeiro, Luiz Carneiro de Abreu Junior. No encontro, foram discutidos assuntos relacionados à unidade da Defensoria em Pirapora, entre eles o fortalecimento de parcerias já existentes.

continua na página 15 >>

Continuação da página 14

Assessores da Defensoria-Geral visitam sede de Pirapora



O funcionário Wilson, o assessor Institucional João Paulo Tôrres Dias, a defensora pública Vanessa Rodrigues Melo, o coordenador Local José Sanches Aranda Neto e o assessor Institucional Gério Patrocínio Soares



Os assessores Institucionais Gério Patrocínio Soares e João Paulo Tôrres Dias reuniram-se com os prefeitos de Pirapora, Heliomar Valle da Silveira, e de Buritizeiro, Luiz Carneiro de Abreu Júnior, respectivamente

Unidade de Pedro Leopoldo recebe visita de assessores da Defensoria-Geral

No dia 26 de janeiro, os assessores Institucionais da Defensoria-Geral, João Paulo Tôrres Dias e Gério Patrocínio Soares, visitaram a Defensoria Pública em Pedro Leopoldo, onde foram recebidos pelo coordenador Local, Manoel Luiz Ferreira e o defensor público Adriano Lúcio dos Santos, em atuação em Pedro Leopoldo. No encontro, foram discutidos assuntos relacionados à unidade da Defensoria em Pedro Leopoldo.



O assessor Institucional Gério Patrocínio Soares, a servidora Iara, o coordenador Local, Manoel Luiz e o assessor Institucional, João Paulo Tôrres Dias

COOPROC | CCAP

COORDENADORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS | COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO

Coordenadoria de Capacitação divulga relatório das atividades realizadas em 2015

A Coordenadoria de Capacitação (CCap) divulgou o relatório das atividades realizadas em 2015. No total, mais de 5,3 mil pessoas, entre defensores, servidores, estagiários, estudantes e assistidos, participaram das 44 ações promovidas por meio de capacitações, seminários, palestras, treinamentos e cursos, realizados dentro das unidades da DPMG e, também, por meio de parcerias.

Das 44 ofertas de capacitação, oito foram abertas, também, para assistidos, sendo o projeto “Sala de Espera” voltado especificamente para o público que aguarda atendimento na sede em BH da DPMG. A estimativa é de que, aproximadamente quatro mil assistidos tenham participado das 28 oficinas de educação em direitos. As demais atividades foram direcionadas à capacitação de defensores públicos e servidores da Casa.

Vale destacar a realização do 4º curso de formação dos 88 defensores públicos empossados no VII concurso de ingresso na carreira e o I Congresso de Processo Civil da DPMG – Inovações da Lei 13.105/2015, com mais de 220 participantes, bem como contratação de empresa para realização de uma pós-graduação especialmente voltada para as atividades da Defensoria Pública, sendo ofertadas bolsas aos defensores. Foi ainda realizado um curso

para capacitar defensores em mediação escolar, de forma a possibilitar que o projeto Mesc seja replicado em Defensorias do interior.

Dados comparativos

Em 2015 a CCap triplicou o número de ofertas de capacitações, em comparação com o ano anterior. Foram 44 atividades em 2015 e 15 em 2014. O número de vagas, também, teve aumento significativo de um ano para o outro. Em 2014 foram oferecidas 649 vagas em cursos, seminários, palestras, treinamentos e em 2015, 1318 vagas.

Para 2016 já estão previstos cursos em gestão pública, atualizações em direito e a contratação de um curso presencial de mediação que terá 100 vagas abertas a defensores e servidores. Para a defensora pública Hellen Caires, coordenadora da CCap, o aumento das atividades oferecidas e da participação do público interno e externo se deve, inicialmente, à destinação de recursos por meio de emenda parlamentar que possibilitaram contratação de cursos e pagamento de palestrantes, além do pagamento de diárias em alguns cursos. Brevemente, será divulgado o cronograma para as ações de 2016.

>> [Clique aqui para ler o relatório completo](#)

CCAP INFORMA

Abertas inscrições para o Curso Mediação de Conflitos

Estão abertas até o dia 4 de março as inscrições para o curso Mediação de Conflitos, para servidores e defensores públicos. O curso é uma iniciativa da Defensoria Pública, por meio do Instituto para o Desenvolvimento Democrático.

Inscrições pelo e-mail coordenadoriadecapacitacao@defensoria.mg.gov.br contendo nome completo, Defensoria ou área de atuação, cargo, formação profissional, e-mail e telefone.

São oferecidas 100 vagas, com carga horária de 100 horas. O curso terá início no dia 17 de março, no auditório da Defensoria Pública, na Capital. A Defensoria arcará com as despesas de transporte

dos interessados do interior, conforme regulamentação interna.

>> [Clique aqui para mais informações sobre o curso.](#)

Programação de cursos de capacitação até maio de 2016

A Coordenadoria de Capacitação disponibiliza a programação de cursos até o mês de maio deste ano.

>> [Clique aqui para conferir.](#)

COOPROC | CCAP

Palestra dá dicas sobre segurança no dia a dia

A Assessoria Militar da Defensoria Pública e a coordenadoria de Atendimento Inicial promoveram, dia 14.01.2015, a palestra “Dicas de prevenção e segurança para o dia a dia”, com o objetivo de capacitar defensores públicos, servidores, estagiários e trabalhadores mirins, em relação à segurança pessoal e patrimonial. O tenente Marco Magno Vieira foi o palestrante e abordou vários tópicos da segurança em

diversas circunstâncias do cotidiano, além dos textos legais que tratam da segurança pública no país.

A coordenadora de Atendimento da Capital, Eden Mattar, as assessoras de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira e Roberta de Mesquita Ribeiro, além do coordenador Regional da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo, prestigiaram a palestra.



Palestra reuniu defensores públicos, servidores, estagiários e trabalhadores mirins no auditório da Defensoria para dicas sobre segurança

Eventos

Defensoria Pública participa de reunião de apresentação do projeto Minas 2016

O coordenador da Defensoria Especializada da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte, Wellerston Eduardo da Silva Correa, participou, no dia 16.12.2015, na Cidade Administrativa, de Reunião do Comitê de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes nos Grandes Eventos. O objetivo do encontro foi a apresentação do projeto “Minas 2016” e da proposta de atuação conjunta da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDPAC) e do Comitê, nas ações que se desenvolverão, no Estado, durante a realização das olimpíadas e das paraolimpíadas de 2016.

Foto Willian Dias/ALMG



DPMG participa da passagem de comando do policiamento da Capital

O coordenador da área Criminal da Capital, Fernando Luís Camargos Araújo, acompanhado do assessor militar, ten. cel. Westerson Pinto, representou, dia 14.01.2016, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na solenidade de passagem de comando da Primeira Região da Polícia Militar – Comando do Policiamento da Capital (CPC) e de suas unidades subordinadas.

Na solenidade, presidida pelo comandante-geral da PMMG, cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, o cel. Cícero Leonardo da Cunha transmitiu o comando do CPC para o cel. Winston Coelho Costa.



Novo comandante do Policiamento da Capital, cel. Winston Coelho Costa (ao centro); coordenador da área Criminal da Capital, defensor público Fernando Luís Camargos Araújo (à dir.); e chefe da Assessoria Militar da DPMG, ten. cel. Westerson Pinto

Defensoria Pública participa da inauguração do novo Fórum em Uberaba

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo coordenador substituto de Uberaba, Marcelo Tonus de Melo Furtado de Mendonça, na solenidade de inauguração do novo Fórum da comarca realizada no dia 22. A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes.

O prédio entregue aos uberabenses abriga 17 varas em cinco andares, distribuídos em 17 mil metros quadrados, e conta com instalações sustentáveis e acessíveis.

Segundo o defensor público, “as novas instalações são extraordinárias”. Marcelo Tonus também lembrou que a Defensoria Pública realizou o primeiro júri nas novas instalações do Fórum.



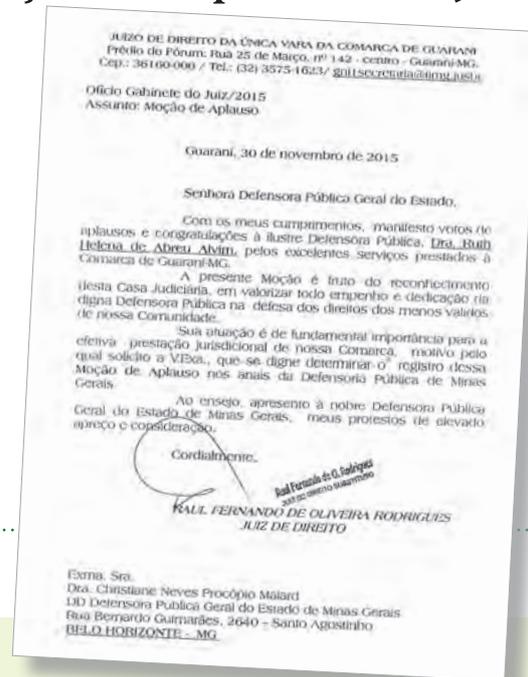
Autoridades fazem des-cerramento da placa de inauguração do Fórum

Homenagens

Defensora pública recebe moção de aplauso da Justiça em Guarani

A coordenadora Local de Guarani, Ruth Helena de Abreu Alvim, recebeu Moção de Aplauso do Juiz de Direito da Comarca de Guarani, Raul Fernando de Oliveira Rodrigues, pelos relevantes serviços prestados à Comarca.

A Moção, conforme o juiz, “é fruto do reconhecimento desta Casa Judiciária, em valorizar todo empenho e dedicação da defensora pública na defesa dos direitos dos menos validos de nossa comunidade. Sua atuação é de fundamental importância para a efetiva prestação jurisdicional de nossa comarca”.



DPMG na mídia

Defensora pública participa de reportagem que fala sobre a falta de medicamentos especializados em Montes Claros



A coordenadora da Regional Norte, defensora pública Maurina Matos, participou de reportagem veiculada no MGTV 2ª Edição, da Rede Inter TV, do dia 04 de janeiro, sobre falta de medicamentos especializados na rede pública de saúde.

A defensora pública explicou como a população deve proceder em casos nos quais a medicação não esteja elencada na Relação Nacional do SUS.

[>> Clique aqui para assistir a reportagem na íntegra.](#)

Defensor público participa de reportagem sobre entrega de resultados de exames de DNA do Mutirão Direito a Ter Pai em Montes Claros

O coordenador Local de Montes Claros, defensor público Cláudio Fabiano Pimenta, participou de reportagem veiculada no MGTV 2ª Edição, da Rede Inter TV, dia 07.01.2016, sobre a entrega de resultados de exames de DNA do Mutirão Direito a Ter Pai em Montes Claros. O defensor público falou sobre o número de exames realizados.

[>> Clique aqui para assistir a reportagem na íntegra.](#)



DPMG na mídia | continuação

Defensora pública concede entrevista sobre a liminar contra bloqueio de benefícios do INSS em razão da greve de peritos médicos

No dia 12.01.2016, a defensora pública Mariana Carvalho de Paula de Lima, em atuação na área Cível em Belo Horizonte, concedeu entrevista coletiva sobre a Ação Civil Pública ajuizada pela DPMG contra o bloqueio de benefícios previdenciários aci-

dentários pelo INSS em razão da ausência da perícia médica administrativa.

A decisão vale para quem já recebia o benefício e não conseguiu remarcar a perícia em razão da greve dos peritos, ou teve a perícia cancelada.



Veja links do noticiário:

>> [Condege](#)

>> [JusBrasil](#)

>> [O Tempo](#)

>> [G1](#)

>> [Últimas Notícias](#)

>> [MGTV 1ª Edição](#)

Defensora pública Mariana Carvalho de Paula de Lima, durante entrevista coletiva na sede da DPMG na Capital

Visitas à Defensoria Pública-Geral

Defensora-geral recebe coordenadores de Ponte Nova e Governador Valadares

Dia 13.01.2016, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, em seu gabinete, os defensores públicos, Fernanda de Sousa Saraiva, coordenadora Local de Ponte Nova, e Calânico

Sobrinho Rios, coordenador Regional do Vale do Rio Doce e Local de Governador Valadares. A chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara, também participou do encontro.



Da esquerda para a direita, a chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara, o coordenador Regional do Vale do Rio Doce, Calânico Sobrinho Rios, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, e a coordenadora Local de Ponte Nova, Fernanda de Sousa Saraiva

Visitas à Defensoria Pública-Geral | continuação

Representantes da MGS visitam a Defensoria Pública

No dia 26.01.2016, a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Roberta de Mesquita Ribeiro, e a diretora de Recursos Humanos, Carla Aparecida de Souza Carvalho, receberam a visita do diretor Comercial e de Logística da MGS, Júlio Mourthé, e do superintendente de Negócios e de Operacionalização, Washington Veloso.

Durante a reunião, que foi solicitada pela diretoria da MGS, os representantes da empresa colheram demandas específicas da Defensoria Pública, visando ao aprimoramento dos serviços prestados à Instituição. Além disso, apresentaram as mudanças de gestão que estão sendo implementadas na MGS, com o objetivo de melhorar o atendimento.



Carla Aparecida de Souza Carvalho, diretora de Recurso Humanos da DPMG; assessora de Planejamento e Infraestrutura, Roberta de Mesquita Ribeiro; e os representantes da MGS, Júlio Mourthé e Washington Veloso.

DPG recebe defensores públicos da área Criminal da Capital

A defensora pública geral, Christiane Neves Procópio Malard, acompanhada dos assessores institucionais João Paulo Tôrres e Gério Patrocínio, recebeu no dia 15.01.2016, as defensoras públicas Priscila Nassif Del Lama, coordenadora da Defensoria Pública Especializada de Urgências Criminais da Capital, e Karina

Rodrigues Maldonado, que também atua na Especializada de Urgências Criminais.

O objetivo do encontro foi tratar de questões ligadas àquela Defensoria Especializada. Presente ainda na reunião, o coordenador Regional da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo.



A partir da esquerda, o coordenador da área Criminal da Capital Fernando Luis Camargos Araújo; os assessores institucionais João Paulo Tôrres e Gério Patrocínio; defensora-geral, Christiane Malard; a coordenadora da Defensoria Pública Especializada de Urgências Criminais da Capital, Priscila Nassif Del Lama; e a defensora pública Karina Rodrigues Maldonado

Entrevista

Defensor público realiza estágio voluntário na Suprema Corte do Alabama e na Defensoria Pública Federal norte-americana

Durante três meses (de agosto a novembro de 2015) o defensor público Cirilo Augusto Vargas, assessor da Corregedoria-Geral da DPMG, acompanhou de perto o trabalho desenvolvido pela Suprema Corte e pela Defensoria Pública Federal do Estado do Alabama, nos Estados Unidos, em estágio voluntário realizado naquele país.

A ideia de realizar o estágio surgiu após contato com o ministro da Suprema Corte do Alabama, Tom Parker, intermediado pela chefe de Gabinete da DPMG, Luciana Leão Lara, a quem o defensor público dedica agradecimentos pelo apoio. O próprio ministro da Suprema Corte apresentou o defensor mineiro à chefe da Defensoria Pública Federal do Alabama, Christine Freeman e, a partir destes dois contatos, Cirilo Vargas estagiou seis semanas em cada um dos respectivos órgãos.

Durante este período, pôde conhecer a realidade destas instituições e o funcionamento do sistema jurídico americano. Cirilo Vargas já havia atuado em missão internacional no Timor-Leste, quando integrou a equipe brasileira, juntamente com o defensor público Marcelo Tônus de Melo Furtado de Mendonça, no Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento do Sistema de Justiça daquele país do sudeste asiático.

Sobre as realidades vivenciadas, Cirilo Vargas destacou que o importante é não rotular os institutos jurídicos estrangeiros como certos ou errados, eis que tal julgamento reflete sempre uma herança cultural do observador. “No direito comparado é preciso um olhar crítico, porém cauteloso, para apurar, nos mais diversos sistemas, o que é, ou não, aplicável à nossa realidade”.

>> [Clique aqui para ler entrevista com o defensor sobre a realidade do sistema criminal nos EUA e a atuação da Defensoria Pública naquele país.](#)

Defensor público Cirilo Vargas, assessor da Corregedoria-Geral da DPMG, acompanhou de perto o trabalho desenvolvido pela Suprema Corte e pela Defensoria Pública Federal do Estado do Alabama



Ministro da Suprema Corte do Alabama, Tom Parker



Chefe da Defensoria Pública Federal do Alabama, Christine Freeman

40 figuras que DESAPARECEM com o novo CPC

– Por ROGER VIEIRA FEICHAS
Defensor público em São Lourenço/MG

1. Desaparece a possibilidade jurídica do pedido, enquanto condição da ação (art. 267, VI, do CPC de 1973).
2. Desaparece a figura do representante judicial de incapazes e de ausentes a quem se atribuía a curatela especial (art. 9º, parágrafo único, do CPC de 1973).
3. Desaparece a ação declaratória incidental (arts. 50, 325 e 470 do CPC de 1973).
4. Desaparece o princípio da identidade física do juiz (art. 132, do CPC de 1973).
5. Desaparece a exceção de incompetência (arts. 297, 304 e 307 a 314, do CPC de 1973).
6. Desaparece a referência à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito, como recursos utilizáveis pelo juiz à falta de normas legais (art. 126, previsão final, do CPC de 1973).
7. Desaparece a impugnação ao valor da causa (art. 261, do CPC de 1973).
8. Desaparece a oposição, enquanto modalidade de intervenção de terceiros (arts. 56 a 61, do CPC de 1973).
9. Desaparece a figura da nomeação à autoria (arts. 62 a 68, do CPC de 1973).
10. Desaparece o cabimento da denunciação da lide ao proprietário ou ao possuidor indireto (art. 70, II, do CPC de 1973).
11. Desaparece a previsão de intervenção do Ministério Público nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposição de última vontade (art. 82, II, do CPC de 1973).
12. Desaparece o procedimento ordinário (arts. 272 e 282 e seguintes, do CPC de 1973).
13. Desaparece o procedimento sumário (arts. 275, a 281 do CPC de 1973).
14. Desaparece o prazo em quádruplo para a contestação da Fazenda Pública e do Ministério Público (art. 188, do CPC de 1973).
15. Desaparece a antecipação da tutela, como figura autônoma (art. 273 e parágrafos, do CPC de 1973).
16. Desaparece a previsão de que a ação se considera proposta tanto que a petição inicial seja despachada ou distribuída (art. 263, do CPC de 1973).

continua na página 24 >>

Publicações

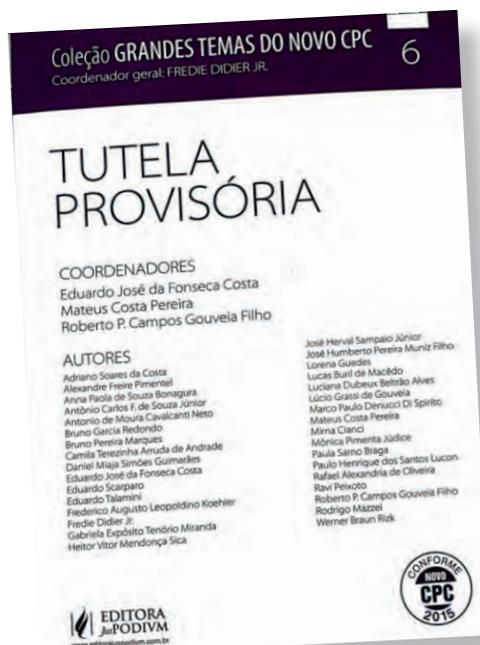
Livro “Tutela Provisória” traz artigo de defensor público

O defensor público, Marco Paulo Denucci Di Spirito, em atuação na 37ª Defensoria Cível, é um dos autores da obra “Tutela Provisória”, coordenada por Eduardo José da Fonseca Costa, Mateus Costa Pereira e Roberto P. Campos Gouveia Filho, pela Editora JusPodivm.

O título do trabalho publicado é “Adequações procedimentais para a tutela satisfativa antecedente no Código de Processo Civil-2015”. Neste texto propõe-se debates em torno do procedimento previsto nos artigos 303 e 304 do novo Código de Processo Civil.



Defensor público, Marco Paulo Denucci



>> *Clique aqui
para ver mais.*

>> Continuação da página 23

40 figuras que DESAPARECEM com o novo CPC

- 16.** Desaparece a previsão de que a ação se considera proposta tanto que a petição inicial seja despachada ou distribuída (art. 263, do CPC de 1973).
- 17.** Desaparece como regra geral a exigência e intimação das testemunhas arroladas por meio de ato do juízo (art. 412, previsão inicial, do CPC de 1973).
- 18.** Desaparece o Livro III – Do Processo Cautelar (arts. 796 a 889, do CPC de 1973).
- 19.** Desaparece o procedimento cautelar incidental (art. 796, 2a previsão, do CPC de 1973).
- 20.** Desaparece a figura do apensamento dos autos do procedimento cautelar aos do principal (art. 809, do CPC de 1973).
- 21.** Desaparece a possibilidade de concessão de medidas cautelares de ofício pelo juiz (art. 797, do CPC de 1973).
- 22.** Desaparecem o arresto, o sequestro, a caução, a exibição, os alimentos provisionais e o arrolamento, enquanto procedimentos cautelares específicos (arts. 813 a 845 e 852 a 860, do CPC de 1973).
- 23.** Desaparece a exigência de prova literal de dívida líquida e certa para a concessão de medida cautelar de arresto (art. 814, I, do CPC de 1973).
- 24.** Desaparecem a produção antecipada de provas e o atentado, enquanto medidas cautelares (arts. 846 a 851 e 879 a 881, do CPC de 1973).
- 25.** Desaparecem os procedimentos da justificação, dos protestos, notificações e interpelações, homologação do penhor legal e posse em nome do nascituro, enquanto procedimentos cautelares (arts. 861 a 866, 867 a 873, 874 a 876 e 877 a 878, do CPC de 1973).
- 26.** Desaparece do sistema o procedimento do protesto e apreensão de títulos (arts. 882 a 887, do CPC de 1973).
- 27.** Desaparecem as medidas provisionais, enquanto medidas cautelares típicas submetidas ao procedimento cautelar comum (art. 888, do CPC de 1973).
- 28.** Desaparece a ação de depósito, enquanto procedimento especial (arts. 901, a 906).
- 29.** Desaparece a ação de anulação e substituição de títulos ao portador, enquanto procedimento especial (arts. 907 a 913).
- 30.** Desaparece a ação de prestação de contas movida por quem tem a obrigação de prestá-las, enquanto procedimento especial (arts. 914, II, e 916 do CPC de 1973).

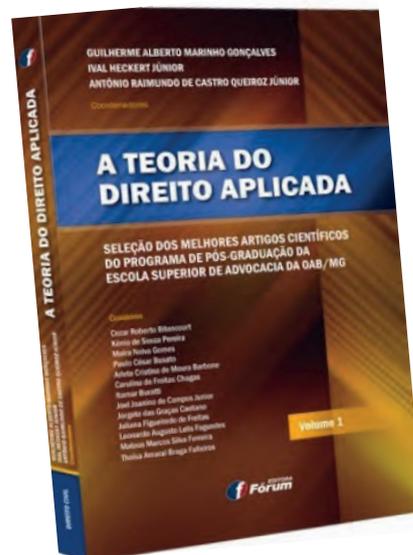
continua na página 25 >>

Publicações | continuação

Livro “Teoria do Direito Aplicada” traz artigo de defensora pública

O artigo “A conformidade da prova testemunhal no processo penal brasileiro”, de autoria da defensora pública Thaísa Amaral Braga Falleiros, em atuação na Defensoria Especializada na Infância e Juventude Cível, integra a obra “A Teoria do Direito Aplicada”.

Coordenado pelos professores Guilherme Alberto Marinho Gonçalves, Ival Heckert Júnior e Antônio Raimundo de Castro Queiroz Júnior, a obra é a seleção dos melhores artigos científicos do programa de pós-graduação da Escola Superior de Advocacia da OAB/MG.



O artigo analisa, no processo penal brasileiro, o uso do depoimento testemunhal como prova e a leitura de declarações prestadas na fase investigativa, violando os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa e o disposto nos artigos 203 e 204 do Código de Processo Penal.

>> [Clique aqui para ler o artigo na íntegra.](#)

Defensor público defende tese de mestrado com tema pertinente à Instituição

No dia 5 de dezembro de 2015, o defensor público, Renato Tavares da Silva, obteve título de mestrado em Direito, pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), após defesa de dissertação com o tema “A Defensoria Pública na promoção dos direitos humanos: a atuação institucional para além da tutela do necessário econômico”.

A tese foi aprovada com nota máxima e com a distinção “*magna cum laude*”.

A dissertação analisa a possibilidade de a Defensoria Pública promover, judicial e extrajudicialmente, os direitos humanos de todas as pessoas indistintamente e não apenas dos necessitados econômicos.

>> Continuação da página 24

40 figuras que DESAPARECEM com o novo CPC

31. Desaparece a ação de nunciação de obra nova enquanto procedimento especial (arts. 934 a 940).
32. Desaparece o embargo extrajudicial da obra, via notificação verbal, que era conferido ao prejudicado (art. 935 do CPC de 1973).
33. Desaparece a ação de usucapião de terras particulares, enquanto procedimento especial (arts. 941 a 944 do CPC de 1973).
34. Desaparecem as vendas a crédito com reserva de domínio, enquanto procedimento especial (arts. 1.070 e 1.071 do CPC de 1973).
35. Desaparece a recorribilidade geral das decisões interlocutórias (art. 522, caput, previsão final, do CPC de 1973).
36. Desaparece o recurso de agravo retido e o agravo retido oral em audiência (arts. 522 e 523, § 3o, do CPC de 1973).
37. Desaparece a conversão do agravo de instrumento em agravo retido (art. 527, II, do CPC de 1973).
38. Desaparece o recurso de embargos infringentes (arts. 530 a 534 do CPC de 1973).
39. Desaparece, em apelação, a exigência de juízo de admissibilidade pelo órgão de primeiro grau (art. 518 e parágrafos do CPC de 1973).
40. Desaparece a figura do recurso extraordinário ou especial retido nos autos (art. 542, § 3o, do CPC de 1973).



Publicações | continuação

Edição especial da revista *Entremeios* traz entrevista com a defensora pública Andréa Garzon

A edição de novembro de 2015 da revista *Entremeios*, comemorativa do Programa Mediação de Conflitos, traz entrevista com a defensora pública Andréa Abritta Garzon, coordenadora especial de Prevenção à Criminalidade, da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds). Na entrevista, Andréa Garzon fala sobre as relações entre a carreira de defensora pública e programas de prevenção à criminalidade, as expectativas de ampliação da Mediação de Conflitos e da importância de se comemorar uma década do programa em tempos em que tudo é descartável e volátil. “Dez anos é algo muito significativo, considerando a metodologia do trabalho”, ressalta a defensora pública.

A revista foi lançada no Seminário Comemorativo dos 10 anos do Programa Mediação de Conflitos: Uma experiência de mediação comunitária no contexto das políticas públicas da Secretaria de Estado de Defesa Social.

>> Clique aqui para ler a entrevista na íntegra.

